



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Política social, Seguridade Social e Proteção Social

Conservadorismo e assistência social: Uma análise da política de assistência social no governo de Jair Bolsonaro

Analieza Barbosa Rosisca¹
Everton Yukita²

Resumo: Este artigo apresenta resultados parciais de pesquisa desenvolvida em nível de mestrado, que analisou os discursos ministeriais sobre assistência social no governo Jair Bolsonaro (2019–2022). A investigação evidencia o conservadorismo como mediação ideológica estruturante da política, expresso na moralização da pobreza, na dicotomia entre “cidadãos de bem” e “desviantes”, na naturalização das desigualdades e na subordinação da proteção social à lógica de mercado. Tais elementos legitimam a retração de direitos e a reconfiguração regressiva da assistência social. Por fim, são tecidas breves considerações sobre desdobramentos dessa orientação no âmbito municipal de Londrina.

Palavras-chave: ~~Palavras-chave:~~ Conservadorismo; Assistência Social; Ideologia.

Abstract: This article presents partial findings from a master’s-level research project that analyzed ministerial speeches on social assistance during the government of Jair Bolsonaro (2019–2022). The study demonstrates conservatism as an ideological mediation structuring social policy, expressed through the moralization of poverty, the dichotomy between “law-abiding citizens” and “deviants,” the naturalization of inequalities, and the subordination of social protection to market logic. These elements legitimize the retrenchment of rights and the regressive reconfiguration of social assistance. Finally, brief considerations are offered regarding the local unfolding of this orientation in the municipality of Londrina.

Keywords: Conservatism; Social Assistance; Ideology.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasce fruto da dissertação apresentada no ano de 2025, esse que teve como objeto da pesquisa as refrações políticas da ideologia conservadora na política de assistência social no período do governo de Jair Bolsonaro.

A pesquisa parte da compreensão do conservadorismo como ideologia articulada às necessidades de reprodução da sociabilidade capitalista, especialmente em momentos de crise. O marco histórico que fundamenta a problematização é o processo político desencadeado a partir de 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff, interpretado como expressão de

¹ Assistente social, Prefeitura Municipal de Londrina, graduada em serviço social e história, especialista em gestão pública com ênfase na assistência social - UEPG, ana.eliza@hotmail.com

² Assistente social, Prefeitura Municipal de Ibiporã, doutorando pelo programa de pós graduação em Serviço Social e Política Social – UEL, yukita.everton@gmail.com



reconfiguração do bloco no poder e aprofundamento do projeto neoliberal no Brasil. Tal contexto teria criado condições para o fortalecimento de uma retórica conservadora que incide diretamente sobre a concepção e a gestão das políticas sociais.

Inicialmente, a investigação foi motivada por inquietações oriundas da prática profissional no âmbito da assistência social, particularmente diante do aumento das demandas sociais e da retração das respostas estatais no período analisado. No entanto, o aprofundamento teórico conduziu à redefinição do objeto, que passou a concentrar-se nas refrações da ideologia conservadora na política de assistência social durante o governo de Jair Bolsonaro (2019–2022). O objetivo central consistiu em analisar como essa ideologia se expressou nas transformações institucionais, normativas e discursivas relativas à política de assistência social, articulando-se ao neoliberalismo e ao desmonte de direitos.

Metodologicamente, a pesquisa articulou revisão bibliográfica e análise textual-discursiva, ancorando-se na tradição marxista, particularmente na concepção lukacsiana de ideologia como mediação prática e teórica dos conflitos sociais. No plano empírico, examinou-se um conjunto de discursos de ministros responsáveis pela política de assistência social durante o governo de Jair Bolsonaro, com base em registros audiovisuais oficiais disponíveis no canal GOV/Planalto, no YouTube, diante da inexistência de compilação textual sistematizada. A análise buscou identificar categorias expressivas de traços conservadores, tais como a centralidade da família, a moralização da pobreza, o paternalismo e a construção de figuras salvíficas.

Foram estabelecidos critérios objetivos de seleção: a) delimitação temporal (2018–2022); b) identificação nominal dos ministros da pasta responsável pela assistência social no período³; c) presença explícita de referências à política de assistência social, seus programas, serviços ou diretrizes. Após filtragem e análise preliminar do acervo disponível, selecionaram-se 27 registros audiovisuais (entre entrevistas, pronunciamentos e declarações públicas), os quais constituíram o corpus empírico da pesquisa.

Assim, o presente artigo tem por finalidade socializar e sistematizar os principais resultados alcançados na pesquisa supramencionada, conferindo-lhes visibilidade acadêmica buscando ampliar o debate crítico acerca das determinações ideológicas que incidem sobre a política de assistência social no período analisado, bem como reconhecer impactos e influências da referida ideologia nas ações dos governos correligionários ao bolsonarismo, ao exemplo de Londrina.

DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL AO CONSERVADORISMO

A assistência social, enquanto política pública inscrita na dinâmica contraditória das relações entre Estado e sociedade, exige, neste estudo, uma abordagem analítica específica. Parte-se da compreensão de que as políticas sociais, no contexto do capitalismo monopolista,

³ Foram 4 ministros da Cidadania no governo Bolsonaro: Osmar Terra (1º de janeiro de 2019-14 de fevereiro de 2020); Onyx Lorenzoni (18 de fevereiro de 2020-12 de fevereiro de 2021); João Roma (12 de fevereiro 2021-30 de março de 2022); e Ronaldo Vieira Bento (30 de março de 2022-31 de dezembro de 2022).



não se configuram como instâncias autônomas, mas como mediações históricas constitutivas do próprio movimento de reprodução do capital. Assim, a assistência social deve ser apreendida como expressão das determinações estruturais desse estágio do desenvolvimento capitalista, articulando-se simultaneamente às exigências de acumulação e às formas de gestão da questão social.

Nessa perspectiva, conforme argumenta Netto (2001), a constituição do capitalismo monopolista corresponde a uma etapa do desenvolvimento capitalista marcada pela crescente concentração e centralização do capital. Por meio de acordos interempresariais, formação de cartéis, trustes, holdings, fusões e incorporações, os grandes conglomerados passam a controlar parcelas significativas do mercado, buscando reduzir a concorrência, estabilizar preços e ampliar suas taxas de lucro. Trata-se de uma estratégia voltada à maximização da acumulação, fundada no domínio de setores estratégicos da economia e na capacidade de impor condições ao conjunto do mercado.

Entretanto, explica Netto (2001), essa organização monopólica não elimina as contradições estruturais do capitalismo; ao contrário, tende a aprofundá-las. À medida que o sistema atinge níveis mais elevados de concentração, emergem limites internos à própria dinâmica de valorização do capital, como a superprodução, a queda tendencial da taxa de lucro, a intensificação das crises cíclicas e o acirramento das disputas intercapitalistas. Esses constrangimentos colocam em questão a estabilidade do modelo, evidenciando que a monopolização, embora amplie o controle econômico, não suprime as determinações contraditórias do modo de produção capitalista.

Diante desse cenário, a reprodução do capital passa a demandar mecanismos que extrapolam a esfera estritamente econômica. É nesse ponto que se afirma o papel do Estado. Longe de configurar-se como instância mediadora ou imparcial das relações de mercado, o Estado assume funções decisivas na sustentação da ordem monopólica. Por meio de políticas fiscais, monetárias, creditícias, regulatórias e sociais, intervém para reorganizar as condições gerais de acumulação, amortecer os efeitos das crises e assegurar a coesão social necessária à continuidade do sistema. Assim, o Estado atua como instância política fundamental na recomposição das relações de poder e na garantia das condições estruturais de reprodução do capitalismo monopolista, operando como elemento orgânico à sua estabilidade e permanência histórica.

Diz Netto:

Está claro, assim, que o Estado foi capturado pela lógica do capital monopolista – ele é seu Estado; tendencialmente, o que se verifica é a integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais. Donde uma explicável alteração não apenas na modalidade de intervenção do Estado[...], mas nas estruturas que viabilizam a intervenção mesma: no sistema de poder político, os centros de decisão ganham uma crescente autonomia em relação às instâncias representativas formalmente legitimadas. Vale dizer: o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista (NETTO, 2001, p. 26).

Nesse contexto, ao vincular-se estruturalmente aos interesses do capital monopolista, o



Estado necessita ampliar suas bases de sustentação política para garantir estabilidade e legitimidade. Conforme analisa Netto (2001), isso implica a incorporação de distintos protagonistas sociopolíticos à arena estatal, não como expressão de neutralidade, mas como estratégia de ampliação de consensos e de gestão das tensões sociais. Tal movimento torna o Estado relativamente permeável às demandas das classes subalternas, sobretudo quando estas dispõem de capacidade organizativa e força política para incidir sobre a correlação de forças vigente.

É precisamente nessas condições que as expressões da “questão social” passam a integrar a agenda pública como objetos de intervenção estatal sistemática. As políticas sociais emergem, assim, não como concessões altruístas, mas como respostas historicamente determinadas às pressões sociais e às necessidades de reprodução do próprio capital, articulando, de forma contraditória, contenção de conflitos, produção de consensos e regulação das desigualdades inerentes à sociabilidade capitalista.

Compreende-se que a relação entre políticas sociais, Estado e questão social não assume caráter estático ou linear; ao contrário, trata-se de uma dinâmica historicamente determinada e continuamente tensionada pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. A configuração e a amplitude das políticas sociais variam conforme as condições de acumulação e a correlação de forças entre as classes.

Entende-se, portanto, que a relação entre Estado, políticas sociais e questão social é atravessada pelas determinações históricas do desenvolvimento capitalista, variando conforme os ciclos de expansão e crise da acumulação. Em momentos de crescimento econômico, o Estado pode ampliar a incorporação de demandas sociais, expandindo políticas públicas como forma de estabilizar a ordem e produzir consensos. Contudo, essa ampliação não altera a natureza estrutural dessas políticas no interior do capitalismo monopolista.

É nesse ponto que a reflexão de Mauro Iasi (2019) contribui para aprofundar a análise. O autor destaca que mesmo os recursos aparentemente direcionados ao atendimento de necessidades sociais essenciais — como melhoria de serviços públicos e investimentos em infraestrutura — encontram-se subordinados à lógica da valorização do capital. Em outras palavras, tais recursos frequentemente operam como mediações que, sob a aparência de promoção do bem coletivo, atendem às exigências de rentabilidade e aos interesses de frações específicas da classe dominante, seja por meio da financeirização do fundo público, seja pela transferência indireta de recursos ao setor privado.

Assim, tanto nos períodos de expansão quanto nos de crise, as políticas sociais permanecem inseridas na dinâmica contraditória da reprodução do capital. Se, em determinados contextos, assumem maior envergadura institucional e capacidade distributiva, em outros são comprimidas através das contrarreformas; em ambos os casos, contudo, permanecem condicionadas pelos imperativos estruturais da acumulação, expressando a tensão permanente entre atendimento de demandas sociais e sustentação das bases do capitalismo.

Em tempo de crise econômica do capital, como procuramos demonstrar brevemente,



inicia-se um período de contrarreformas. Na recente história brasileira podemos eleger como um marco o golpe de 2016 que destituiu o governo de Dilma Rousseff e ascendeu o Michel Temer. Conforme Iasi (2020) nada mais do que “o desfecho de uma luta intestina entre facções [da classe burguesa] em busca de soluções para problemas que elas próprias criaram” (IASI, 2020). Por sua vez, Marcelo Braz (2017) aponta que o que parecia estar em jogo com o golpe era a construção de uma nova hegemonia que conseguisse construir condições ótimas para a exploração da classe trabalhadora, a partir de então, sem mais concessões e destruindo os direitos já conquistados em outros momentos históricos, políticos e, principalmente, econômicos. Para consolidar essa inflexão regressiva e aprofundar o projeto de recomposição burguesa orientado à intensificação da exploração do trabalho e à supressão de direitos historicamente conquistados, viabilizou-se a eleição de Jair Bolsonaro.

O que se buscou demonstrar até aqui foi a condição histórica na qual a burguesia, diante das crises de acumulação, necessita reconfigurar o Estado a fim de restabelecer as bases de reprodução do capital. Contudo, permanece uma questão decisiva: por que a classe trabalhadora, principal afetada por tais inflexões regressivas, consentiria com esse movimento? É precisamente nesse ponto que a ideologia assume centralidade analítica, como mediação capaz de produzir consenso, reorganizar percepções da realidade social e conferir legitimidade às estratégias de recomposição burguesa. Trataremos disso a seguir.

CONSERVADORISMO ENQUANTO IDEOLOGIA

Ao tomar o conservadorismo como um sistema de ideias enraizado na causalidade histórica, social e econômica, torna-se possível apreendê-lo não como mera expressão atemporal de valores morais, mas como forma determinada de consciência que emerge e se transforma conforme as necessidades objetivas de cada formação social. Essa perspectiva permite examinar suas diferentes configurações ao longo da história, identificando como determinados conteúdos — defesa da ordem, hierarquia, autoridade, tradição e moralização da vida social — adquirem centralidade em contextos específicos de crise ou acomodação das relações de poder. Desse modo, o conservadorismo pode ser analisado criticamente enquanto resposta ideológica às tensões produzidas pelo próprio desenvolvimento capitalista.

Tal abordagem também possibilita compreender como as ideias conservadoras não operam de maneira isolada, mas interagem com outros sistemas de pensamento, articulando-se, por exemplo, ao liberalismo econômico ou ao neoliberalismo, influenciando debates contemporâneos sobre política social, família, moralidade pública e organização da vida coletiva. Em determinadas conjunturas, essa articulação adquire maior densidade, convertendo o conservadorismo em elemento estratégico para a produção de consensos e para a legitimação de projetos regressivos de reorganização estatal.

Nessa direção, parte-se da compreensão do conservadorismo como uma das formas de ideologia. Essa leitura encontra respaldo nas reflexões de Georg Lukács, para quem reduzir a



ideologia à noção de “falsa consciência” — concepção recorrente no marxismo vulgar — significa empobrecer sua função histórica. Para o filósofo, a ideologia não se limita a encobrir a realidade, mas constitui uma forma socialmente necessária de elaboração e orientação prática diante dos conflitos que atravessam a vida social. Ela organiza percepções, estrutura interpretações e orienta ações no interior da luta de classes. Assim, o conservadorismo deve ser compreendido como mediação ideológica que atua na reprodução da sociabilidade capitalista, oferecendo sentidos, valores e justificativas que contribuem para a estabilização da ordem existente, especialmente em períodos de crise e reconfiguração hegemônica. Conforme o filósofo:

[...] verdade ou falsidade ainda não fazem de um ponto de vista uma ideologia. Nem um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a tornar-se uma ideologia, como vimos. Eles podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos (LUKÁCS, 2013, p. 337).

Ou seja:

A Ideologia apresenta sentido, apenas, se influencia as escolhas dos indivíduos e organiza parcela da população para a resolução de conflitos. E esses conflitos não podem ser observados de maneira abstrata, mas sim assentados na história em cada momento concreto. Por isso interpreta-se conservadorismo como ideologia, pois é esse que sustenta a defesa de estruturas sociais que seriam inalienáveis e, por isso, a necessidade de mantê-las; assim, pretende evitar conflitos e preservar uma ordem existente. (YUKITA, 2025, p. 14)

Poderíamos argumentar, portanto, que a preservação dos interesses dominantes impele a burguesia, especialmente em contextos de intensificação das lutas sociais, a mobilizar mecanismos que neutralizem resistências e assegurem a continuidade da ordem capitalista. Diante das tensões produzidas pela exploração do trabalho e das possibilidades de contestação oriundas da classe trabalhadora, torna-se necessária a construção de formas ideológicas capazes de produzir consenso e desarticular projetos contra-hegemônicos.

Nesse cenário, o conservadorismo afirma-se como ideologia estratégica. Mais do que uma posição filosófica abstrata, constitui uma resposta ativa às resistências sociais, orientando a renovação dos padrões de dominação e contribuindo para a legitimação da ordem vigente. Ao ancorar-se em discursos morais, religiosos, políticos e culturais, naturaliza hierarquias sociais, reafirma a centralidade da ordem e da autoridade e reitera a desigualdade como resultado de capacidades individuais, frequentemente sob a lógica meritocrática. Desse modo, o conservadorismo atua como mediação ideológica fundamental na estratégia burguesa de preservação da hegemonia, moldando a consciência social e reforçando a estabilidade do status quo (YUKITA, 2025).

RESULTADO E DISCUSSÕES

Até o presente momento, buscamos explicitar os fundamentos teórico-históricos que orientaram a investigação, com vistas a apreender as bases estruturais e ideológicas do conservadorismo reatualizado no Brasil no período posterior a 2016. Ao delimitar suas determinações no interior da dinâmica do capitalismo contemporâneo e das reconfigurações do



Estado, procurou-se oferecer o arcabouço necessário para a compreensão de suas expressões concretas na conjuntura recente.

Com esse percurso estabelecido, passa-se à apresentação dos resultados empíricos da pesquisa, cujo objetivo consistiu em desvelar as manifestações do conservadorismo no governo Bolsonaro, tomando como recorte específico a política de assistência social. Trata-se, portanto, de examinar como essa ideologia se materializou nos discursos, diretrizes e orientações que incidiram sobre essa política pública no período analisado.

A análise dos discursos ministeriais evidência que o conservadorismo, em consonância com o estabelecido acima, não se manifesta apenas como repertório retórico ou posicionamento moral, mas como mediação ideológica estruturante da orientação pretendida à política de assistência social no período examinado. Trata-se de tomar tais falas como expressões particulares de um projeto societário mais amplo, articulado à reconfiguração do Estado brasileiro no pós-2016 e às exigências de recomposição da hegemonia burguesa em contexto de crise. Nesse sentido, é possível identificar um conjunto de mediações que organizam internamente o discurso ministerial e que operam na legitimação do redirecionamento regressivo da política.

Uma primeira mediação diz respeito ao presentismo e à construção de uma narrativa de ruptura moral com o passado. Osmar Terra, primeiro ministro da Cidadania, ao discursar sobre a fusão dos Ministérios, diz:

Os ministérios se fundiram, não desapareceram, se fundiram, eu estava lendo na internet, não sei se é do Khalil Gibran e tal, que os rios não desaparecem, mas se incorporam, se tornam um caudal muito maior, eu quero dizer que estamos aqui para celebrar um Ministério Grande [...] Monstro, mas de grande, não de feio. Ele é grande, pode fazer um trabalho extraordinário [...] pode ser um instrumento de redenção, de incorporação de um Brasil novo que a gente espera que venha (TERRA, 2019 apud YUKITA, 2025, p. 93).

A construção discursiva do “Brasil Novo” como marco inaugural do governo Bolsonaro expressa uma forma de presentismo exacerbado que isola o presente de suas determinações históricas e o projeta como ruptura autossuficiente com o passado. Ao caracterizar governos anteriores, especialmente os do PT, como sinônimo de corrupção e desordem moral, a retórica ministerial sustenta a ideia de regeneração nacional “antissistêmica”, ao mesmo tempo em que obscurece continuidades estruturais da formação social brasileira, como a desigualdade, o racismo e a exploração capitalista. Essa operação ideológica dissocia o presente de suas bases materiais, reforça a hegemonia da ordem vigente e inviabiliza a apreensão crítica das contradições históricas que condicionam qualquer projeto efetivo de transformação social. Em outras palavras: ao isolar o presente de sua historicidade, bloqueia-se a compreensão da questão social como produto da formação dependente e desigual do capitalismo brasileiro, ao mesmo tempo em que se legitima o “enxugamento” institucional, a fusão de ministérios e a redefinição de prioridades sob o signo da eficiência.

Uma segunda mediação central é a moralização da questão social. Nos discursos examinados, a pobreza deixa de ser tratada como expressão da contradição entre capital e trabalho e passa a ser interpretada a partir de categorias morais, frequentemente articuladas à dicotomia entre “cidadãos de bem” e “bandidos”. Referências à suposta destinação indevida de



benefícios a presidiários, à juventude “nem-nem” como potencial ameaça ou à necessidade de premiar os “esforçados” revelam uma reconfiguração do problema social em termos de conduta individual. A desigualdade, assim, é deslocada do plano estrutural para o plano comportamental. Essa operação ideológica cumpre a função de reorganizar a hegemonia ao produzir consentimento em torno de medidas restritivas, pois a retração de direitos aparece como mecanismo de justiça moral e não como expressão de ajuste fiscal ou contenção de gastos sociais.

Em entrevista concedida a imprensa governamental sobre o extinto Auxílio Emergencial, Onyx Lorenzoni diz:

Desses 9 milhões de informais [...] nos encontramos em torno de 70 mil é presidiários; ou seja, nós temos 577 mil presidiário que tem CFPS ativos, nas mais variadas condições, destes em torno de 70 mil [...] tentaram burlar o sistema de controle que nós temos junto com a Dataprev, com a Caixa, e tentaram receber os 600 reais. Os 600 reais não é pra bandido não, não é pra presidiário não, é para famílias de trabalhadores, pessoas de bem, pessoas vulneráveis que precisam ser protegidas. Esse dinheiro tem que ser pra elas, não pra espertalhão não [...] Bandido espertalhão não pode acessar dinheiro dos mais pobres (LORENZONI, 2020 apud YUKITA, 2025, p.111).

Ao instituir uma oposição moralizante entre “trabalhadores de bem” e “bandidos espertalhões”, o ministro mobiliza uma estratégia discursiva que legitima a exclusão de pessoas privadas de liberdade com base em juízos morais e estigmatizantes. Tal formulação desloca o debate das determinações sociais, econômicas e históricas que estruturam o sistema penal brasileiro, naturalizando o encarceramento como resultado de falhas individuais e obscurecendo seu vínculo com a desigualdade estrutural, a seletividade penal e as formas históricas de controle das classes subalternas. Na condição de Ministro da Cidadania — pasta responsável pela Secretaria Nacional de Assistência Social — é plausível inferir que, sob sua direção, a política de assistência social tenderia a orientar-se por essa mesma lógica moralizante. Nessa perspectiva, o acesso à proteção social passaria a ser implicitamente condicionado à figura do “cidadão de bem”, convertendo um direito social em prerrogativa seletiva. O problema central reside justamente no critério de definição dessa categoria, pois a delimitação de quem é reconhecido como “de bem” não é inocente, mas atravessada por valores ideológicos e estigmas sociais que podem restringir o caráter universal e público da política.

Articulada a essa moralização, identifica-se a naturalização da hierarquia social e o elogio implícito — por vezes explícito — ao preconceito enquanto forma de leitura do mundo. Ao tratar diferenças culturais, educacionais ou linguísticas como indicadores de mérito ou esforço, os discursos reforçam a ideia de que a estratificação social é resultado de capacidades individuais e não de processos históricos de exploração e exclusão. A desigualdade é, assim, apresentada como reflexo natural da diversidade de talentos, dissolvendo-se sua dimensão conflitiva. Essa mediação aproxima-se do núcleo clássico do conservadorismo, que reconhece a desigualdade como constitutiva e até benéfica à ordem social, ao mesmo tempo em que esvazia qualquer pretensão de transformação estrutural. Em entrevista no ano de 2019, Osmar Terra explica sobre o programa Criança Feliz



estar imersas em um ambiente mais rico em estímulos, a família de classe média, ela tem provavelmente um ensino universitário, um médio completo, ela tem um vocabulário mais rico, lê para crianças, mais palavras, tem livros em casa, e as crianças de famílias mais pobres não. Só 8% das famílias do Bolsa Família têm algum tipo de literatura em casa. Então a mãe também tem escolaridade menor, um vocabulário mais limitado, essa criança fica imersa em um ambiente com menos palavras, vai ouvir, vai formar memória de menos palavras. Aos 4 anos de idade essa criança de classe média tem 10 vezes o vocabulário de uma criança de uma família mais pobre, são abismos, ao entrar na escola a professora vai entender melhor o que essa criança de classe média fala, a criança vai entender melhor o que a professora fala, e a criança da família mais pobre vai ter mais dificuldades, e ao longo da vida esse abismo vai se ampliando (TERRA, 2019).

A análise do discurso ministerial acerca do desenvolvimento infantil evidencia a reatualização de um preconceito de classe que naturaliza a estratificação social. Ao afirmar que todas as crianças nasceriam com igual potencial, mas que aquelas oriundas de famílias pobres estariam inseridas em ambientes menos estimulantes — em contraste com o padrão ideal atribuído às classes médias —, o ministro transforma desigualdades historicamente produzidas em diferenças quase naturais e consolidadas. Desloca-se, assim, o foco das determinações estruturais da desigualdade para a responsabilização das próprias famílias vulneráveis, cuja superação dependeria de sua adequação a um modelo cultural tomado como universal. As intervenções propostas, de caráter instrumental e adaptativo, reforçam essa lógica ao buscar integrar tais famílias ao padrão dominante, sem questionar as bases socioeconômicas que produzem a exclusão. Nessa direção, programas como o Criança Feliz operam como dispositivos ideológicos que, sob a aparência de promoção do desenvolvimento, reiteram hierarquias sociais e esvaziam a possibilidade de uma política efetivamente transformadora.

Assim podemos elencar como relevante a centralidade conferida à família como núcleo primordial de proteção e ordenamento moral. A ênfase em programas voltados à “primeira infância”, na figura da mãe cuidadora e na valorização de vínculos familiares desloca para o âmbito doméstico responsabilidades que, no marco constitucional da seguridade social, deveriam ser garantidas pelo Estado. A política pública é reconfigurada como extensão da moral familiar, e não como direito universal. Iniciativas baseadas no voluntariado ou em apelos à solidariedade reforçam esse movimento, substituindo a lógica de direitos pela lógica da caridade e da responsabilização privada. Trata-se de uma regressão ao assistencialismo moralizado, agora revestido de linguagem técnica e gerencial.

O chamado “primeiro-damismo” expressa a reatualização de concepções assistencialistas e personalistas que subordinam a política de assistência social a referenciais conservadores, deslocando-a do campo dos direitos para o terreno da benesse e do voluntarismo. Ao exaltar a atuação de Michelle Bolsonaro e conferir centralidade à sua figura na condução de iniciativas sociais, o discurso ministerial evidencia uma compreensão da assistência marcada pela personalização e pela moralização da proteção social. A criação do Programa Pátria Voluntária, coordenado pela então primeira-dama, Michele Bolsonaro - exaltada em mais de uma ocasião pelo Ministro Osmar Terra - reforçou essa inflexão ao resgatar práticas historicamente associadas ao apadrinhamento e à filantropia, em contraste com o modelo de seguridade social estruturado nas últimas décadas sob a perspectiva da universalidade e da responsabilidade estatal. Tal iniciativa revela-se, assim, como mediação conservadora



fundamental no processo de reconfiguração regressiva da política de assistência durante o governo Bolsonaro, articulando o ideário de “Pátria” ao voluntariado e à caridade, ao mesmo tempo em que se consolidava uma agenda econômica favorável aos interesses do grande capital em detrimento da ampliação de direitos da classe trabalhadora.

Concomitantemente, observa-se a subordinação crescente da assistência social à lógica de mercado. Termos como “autonomia”, “emancipação” e “independência” são reiteradamente associados à inserção produtiva, ao empreendedorismo e à formalização individual, como se a superação da pobreza dependesse exclusivamente da incorporação ao circuito mercantil. A transferência de renda passa a ser apresentada como instrumento transitório, cuja finalidade última é conduzir o beneficiário à autossuficiência via mercado. Nessa perspectiva, a política social deixa de ser mecanismo de redistribuição e passa a funcionar como dispositivo de integração disciplinada ao trabalho precarizado. A responsabilização individual é reforçada, enquanto as determinações estruturais da exclusão permanecem obscurecidas. Como diz Bento Ribeiro:

Importante falar a todos os beneficiários, a todas as mulheres que recebem o Auxílio Brasil, visto que mais de 83% das chefes de família do Auxílio Brasil elas são mulheres donas de casa, avós, que estão cuidando de sua família como um todo [...] que o Auxílio Brasil não só não vai perder o emprego, não vai, também perder seu benefício como também vai receber um incentivo, um fomento para todas as famílias que constituírem um emprego formal, trabalho formal, bem como uma microempresa individual, o empreendedorismo, o Auxílio Brasil, ele garante essa permanência dessas famílias, bem como também o retorno para aquelas que saírem da renda mínima e conseguirem sua autonomia social e sua autonomia financeira, que é isso que a gente estimula (BENTO, 2022).

O discurso sobre o Auxílio Brasil revela uma tentativa de redefinir a política de transferência de renda a partir da ênfase na autonomia individual, vinculando a permanência no programa à inserção no mercado de trabalho formal ou ao empreendedorismo. Tal narrativa articula moralidade conservadora e racionalidade neoliberal ao deslocar a proteção social do campo do direito para o da responsabilização individual. Embora reconheça o protagonismo das mulheres como principais beneficiárias, atribui-lhes a tarefa de conciliar trabalho produtivo e reprodutivo, desconsiderando as determinações estruturais que incidem especialmente sobre mulheres pobres e negras. Ademais, ao sugerir que o benefício não desestimula o trabalho e que será mantido como “recompensa” àqueles que buscarem ocupação, o discurso reforça o preconceito de que beneficiários tenderiam à inatividade, reiterando a ideia de que a assistência deve ser transitória, condicionada e subordinada às exigências do mercado.

Essas mediações ideológicas encontram correspondência na materialidade das transformações ocorridas no período, como a redução orçamentária, a instabilidade institucional e a precarização dos vínculos de trabalho no âmbito do SUAS. O discurso não é mera superestrutura dissociada da prática; ele opera como condição de possibilidade para o redirecionamento da política. Ao moralizar a pobreza, naturalizar hierarquias, exaltar a família e subordinar a proteção social ao mercado, o conservadorismo fornece legitimidade simbólica para a retração de direitos e para o reordenamento regressivo da assistência social.

A fim de aprofundar a análise, busca-se agora conferir lastro empírico às determinações



anteriormente examinadas. Cumpre esclarecer que a reflexão não se estrutura a partir de um olhar externo: uma das autoras deste trabalho atua profissionalmente na política de assistência social no município de Londrina. Tal inserção, longe de assumir caráter impressionista, constitui mediação concreta que possibilita apreender, no cotidiano institucional, as refrações locais das diretrizes ideológicas formuladas em âmbito federal. Articulada ao referencial marxista adotado, essa experiência permite evidenciar a unidade entre discurso, normatividade e prática administrativa na conformação contemporânea da assistência social. A experiência profissional, articulada ao referencial teórico marxista adotado, permite tensionar criticamente as formas pelas quais o conservadorismo se materializa na gestão municipal, evidenciando a unidade entre discurso, orientação normativa e prática administrativa na conformação contemporânea da assistência social.

Em Londrina, uma das cidades mais populosas da região sul do país, a preferência dos 399.730 eleitores foi Jair Messias Bolsonaro, do Partido Liberal, em 2018. Com 80,42% dos votos válidos (contra 19,58%, de Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores) a ideologia conservadora reacendida no cenário nacional apareceu na cidade. Logo, em 2024, nas eleições municipais, o então candidato Tiago Amaral, do Partido Social Democrático (PSD), apoiado pelo ex presidente Bolsonaro, também é eleito com a maioria dos votos (56,32 %).

Sendo assim foi possível identificar em seu primeiro ano de governo aspectos da ideologia conservadora para com a política de assistência social no que se refere a política moralizante contra a população desprotegida de direitos quando indica no Projeto Lei Orgânica do Município “PROJETO DE LEI N.º 70/2025” a seguinte redação no eixo de prioridades apresentadas a “Assistência /Trabalho”:

“Quem?”: “Assistência /Trabalho. **Como?**: Reduzir dependência de programas de transferência de renda, •Mapeamento das famílias exclusivamente dependentes de benefícios; •Estabelecer regimentos que limitem o prazo de concessão do benefício; •Criar programas de capacitação com foco em demandas reais do mercado local; •Priorizar cursos com potencial de empregabilidade ou empreendedorismo. **Meta:** Reduzir em 25% o número de famílias dependentes de transferência de renda até dezembro de 2026 e 50% em 2028.” (LONDRINA, 2025).

Podemos observar neste trecho a forma explícita de condenação de classe quando a meta da política pública é atribuída a duas secretarias distintas de trabalho. Ou seja, anula-se a importância da política pública de Assistência Social, pois causa dependência nas pessoas atendidas. Assim como uma substância química que causa dependência, a população precisa ser estimulada ao trabalho/empreendedorismo para livrar-se de tal doença. Essa linha de pensamento faz sentido ideológico: suprir o bem estar social no mercado de trabalho, justificando a retração da política social e a moralização da pobreza. Ainda está consonante com a ideia mais abrangente da gestão do estado, em outras palavras, os governos anteriores não se preocuparam nessa “dependência” portanto o que estaria colocado é uma nova lógica fundante das políticas sociais no município, desconsiderando a construção histórica das demandas da população usuária.

Outro ponto a se destacar foi a tentativa de logo no primeiro útil de governo municipal, o



anúncio da fusão de três secretarias em uma só, tratou da fusão da secretaria do idoso e da mulher que seria integrada ao da assistência social. Nas palavras do prefeito

Temos uma necessidade de dar uma dinâmica diferente para nossas estruturas. Identificamos as secretarias que poderiam estar interligadas. A assistência Social, Idoso e Mulher compõem a nossa organização estratégica e são pastas que têm como objetivo estimular políticas que melhorem a vida das pessoas. [...] São pastas correlatas e o que me incomoda é a falta de estrutura para as secretarias trabalharem como secretarias. (MARCONI, 2025)

A declaração do prefeito de Londrina — ao afirmar a necessidade de “dar uma dinâmica diferente” às estruturas administrativas e justificar a interligação entre Assistência Social, Idoso e Mulher como parte de uma “organização estratégica” — revela, sob aparência tecnogerencial, uma inflexão que merece problematização crítica.

Em primeiro lugar, a ênfase na “dinâmica” e na reorganização estrutural sugere uma leitura predominantemente administrativa da política social, deslocando o debate de seu fundamento ontológico — a proteção social como direito inscrito na seguridade — para o campo da eficiência organizacional. Trata-se de uma racionalidade que tende a subsumir a política pública à lógica da gestão, obscurecendo suas determinações estruturais e seu vínculo com a questão social enquanto expressão das contradições entre capital e trabalho.

Em segundo lugar, a fusão ou interligação entre pastas como Assistência Social, políticas para a Mulher e para a Pessoa Idosa, ainda que apresentada como estratégia de otimização, pode operar como mecanismo de diluição da especificidade da assistência enquanto política de seguridade. Ao agrupá-las sob uma mesma engrenagem administrativa, corre-se o risco de reduzir a centralidade da Assistência Social — historicamente construída como direito — a um conjunto de ações transversais, muitas vezes orientadas por enfoques moralizantes, familistas ou protetivos, típicos do ideário conservador.

A crítica central reside justamente aí: quando a política de assistência é reorganizada sob o signo da “estrutura” e da “dinâmica” administrativa, sem explicitação de seu compromisso com a universalidade, com o financiamento público adequado e com a autonomia técnico-política, abre-se espaço para sua reconfiguração como instrumento de gestão da pobreza, e não como direito social. Essa inflexão converge com o conservadorismo analisado anteriormente, na medida em que: a) desloca o foco das determinações estruturais da desigualdade para arranjos institucionais; b) reforça uma perspectiva gerencial que aproxima a política social da lógica empresarial; c) fragiliza a compreensão da assistência como política pública autônoma, passível de controle social e fundamentada na cidadania.

Por fim, na mesma entrevista, evidencia-se que o elemento que “incomoda” o prefeito não é a insuficiência de financiamento ou a necessidade de ampliação da capacidade estatal, mas a existência de secretarias consideradas “sem estrutura”. Contudo, em vez de apontar para o fortalecimento institucional, com ampliação de orçamento, equipes e autonomia técnico-administrativa, a solução apresentada reside na junção, racionalização ou reaproveitamento de estruturas já existentes.

Tal orientação encontra respaldo teórico na crítica marxista ao Estado em contexto de crise do capital. Conforme assinala José Paulo Netto, em períodos de ajuste e recomposição



burguesa, o Estado tende a reconfigurar suas políticas sociais não pela expansão de direitos, mas pela racionalização administrativa e contenção de gastos, preservando as condições gerais de acumulação. Nessa direção, a reorganização estrutural apresentada como medida de eficiência pode operar, na realidade, como estratégia de compressão institucional, alinhada à lógica de austeridade e à subordinação da política social aos imperativos fiscais.

Desse modo, o discurso da “falta de estrutura” converte-se em justificativa ideológica para a redução ou diluição de instâncias específicas da assistência social, reforçando uma racionalidade conservadora que privilegia o enxugamento do aparato público em detrimento do fortalecimento da proteção social como direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do percurso teórico e empírico que procuramos desenvolver, podemos aferir que o conservadorismo, no contexto do governo Jair Bolsonaro (2019–2022), não se apresentou como elemento acessório da política de assistência social, mas como mediação ideológica estruturante de seu redirecionamento. A análise dos discursos ministeriais evidenciou a presença recorrente de categorias morais, meritocráticas, presentistas – entre outras - que operaram na legitimação de transformações institucionais e normativas regressivas, em consonância com a agenda de austeridade e recomposição das condições de acumulação no capitalismo brasileiro enquanto particularidade do capitalismo mundial. Nessa direção, o conservadorismo configurou-se como forma histórica determinada de organização da consciência social, articulada à estabilização da ordem em um contexto de crise e reconfiguração hegemônica.

A moralização da pobreza constituiu eixo central desse movimento. Ao deslocar a “questão social” de suas determinações estruturais — vinculadas à exploração do trabalho e à desigualdade histórica — para o plano da conduta individual, os discursos analisados produziram uma reinterpretação ideológica da desigualdade. A oposição entre “cidadãos de bem” e “bandidos”, a suspeição sobre beneficiários de programas de transferência de renda e a ênfase na premiação dos “esforçados” transformam direitos sociais em concessões condicionadas. Tal operação reorganiza percepções sociais e produz consentimento em torno da retração estatal, apresentando-a como exigência moral e não como escolha política vinculada à contenção do gasto social.

Conjugada a essa moralização, destacou-se a centralidade conferida à família como núcleo primordial de proteção, com ênfase na figura feminina enquanto responsável pelo cuidado. Observa-se, assim, uma inflexão que reaproxima a assistência social de matrizes assistencialistas, deslocando responsabilidades do Estado para o âmbito doméstico e valorizando iniciativas de voluntariado e personalização da política. Essa redefinição fragiliza a lógica de direitos consagrada na Constituição de 1988, ao subordinar a proteção social a valores morais e à iniciativa privada, em consonância com a racionalidade neoliberal.

A ênfase na autonomia via inserção produtiva e empreendedorismo reforça tal subordinação. A assistência passa a ser concebida como mecanismo transitório de integração



ao mercado de trabalho, frequentemente precarizado, e não como política orientada à garantia de condições dignas de reprodução social. Ao associar emancipação ao trabalho formal individual, o discurso obscurece as determinações estruturais do desemprego e da informalidade, deslocando para o indivíduo a responsabilidade pela superação da pobreza. Configura-se, assim, uma síntese entre conservadorismo moral e neoliberalismo econômico, na qual a proteção social é condicionada à adesão a valores de mérito e produtividade.

Importa ressaltar que essas mediações ideológicas encontraram correspondência na materialidade das políticas implementadas, expressas na instabilidade institucional, na compressão orçamentária e na fragilização do Sistema Único de Assistência Social. O discurso operou, portanto, como condição de possibilidade para o redirecionamento regressivo da política, reafirmando a compreensão lukacsiana de ideologia como forma prática de enfrentamento dos conflitos sociais.

A assistência social mostrou-se, enquanto recorte da realidade, nesse período, um dos terrenos privilegiados de disputa entre projetos societários antagônicos: de um lado, a perspectiva da assistência como direito universal e dever do Estado; de outro, sua reinterpretação conservadora como política condicionada, moralizada e subordinada ao mercado. O que se está colocado, portanto, ultrapassa a dimensão orçamentária, configurando-se como disputa ideológica em torno dos fundamentos que sustentam a reprodução da sociabilidade capitalista, na medida em que determinadas concepções procuram naturalizar as relações sociais existentes e legitimar sua continuidade histórica.

REFERÊNCIAS

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/J74WJRdJH6sHMHC9MhSDc8Q/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 mar. 2024.

IASI, Mauro. **Cinco teses sobre a formação social brasileira**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 136, p. 417- 438, set./dez. 2019.

IASI, Mauro. **Análise de conjuntura**. YouTube, 27 mar. 2020. 15m23s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=elsXM7Y-blg>. Acesso em: 15 dez. 2023.

LONDRINA, **Projeto de lei nº 70/2025**. Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária do Município de Londrina para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências. 2025

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social II**. Trad. Nelo Shneider, Ivo Tonnet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARCONI, Pedro. Tiago Amaral anuncia fusão de secretarias e interina na educação. **Folha de Londrina**. Londrina, 02 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/tiago-amaral-anuncia-fusao-de-secretarias-e-interina-na-educacao-3268230e.html>. acesso em: 10 de fev. 2026.



NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2001.

YUKITA, Everton. **Refrações da ideologia conservadora na Política de assistência social no governo Bolsonaro**. 2025. Dissertação - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/srv-c0003-s01/api/core/bitstreams/7df47086-aa83-41ce-87ee-d3568ae9bf8e/content>